

Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Faculdade de Formação de Professores – FFP

A ludicidade no processo de inclusão de alunos especiais no ambiente educacional.

Edna Machado Soares

São Gonçalo

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

S676 Soares, Edna Machado.

A ludicidade no processo de inclusão de alunos especiais no ambiente educacional / Edna Machado Soares. – 2010.

33f.

Orientador: Tânia Marta Costa Nhary.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Inclusão em educação. 2. Educação especial. 3. Educação física. I. Nhary, Tânia Marta Costa. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

CDU 376

Edna Machado Soares

**A LUDICIDADE NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS NO
AMBIENTE EDUCACIONAL**

Trabalho apresentado como requisito para a conclusão do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Orientadora: Mestre Tania Marta Costa Nhary.

São Gonçalo

2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

EDNA MACHADO SOARES

TÍTULO: A LUDICIDADE NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS
NO AMBIENTE EDUCACIONAL

MONOGRAFIA APRESENTADA COMO
REQUISITO PARA A CONCLUSÃO DO CURSO
DE PEDAGOGIA, DA FACULDADE DE
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE
JANEIRO.

APROVADO EM: _____

BANCA EXAMINADORA

MESTRE TANIA MARTA COSTA NHARY (ORIENTADORA)
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES.

PROF^a. DR^a HELENA AMARAL DA FONTOURA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES.

SÃO GONÇALO

2010

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe e ao meu padrasto que estiveram ao meu lado me apoiando e incentivando.

Agradeço também a minha orientadora que muito me ajudou e a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho.

Este trabalho mostra o processo de inclusão de alunos portadores de necessidades especiais no ambiente educacional, tendo como foco a atividade lúdica como um meio que contribuiu para que esse processo acontecesse na escola. Primeiramente apresentam-se algumas leis sobre educação inclusiva, posteriormente a questão de como é importante a ação do brincar/jogar para a criança, o quanto é essencial para a formação do educando, pois ela permite a integração, a socialização dos sujeitos no ambiente educacional. Pretendeu-se assim, mostrar a maneira como o lúdico se apresenta em uma escola inclusiva do município de Niterói, apontando em quais momentos a ludicidade encontra-se presente nesse ambiente, neste caso a aula de educação física, espaço no qual os alunos interagem, se divertem, são cooperativos uns com os outros, desenvolvem suas habilidades, e socializam-se através da brincadeira ou jogo que é mediado pela professora, e com isso contribuiu para o processo de inclusão do alunado especial no ambiente educacional por meio da ludicidade.

Palavras – chaves: inclusão, alunos especiais, brincar/jogar, interagir, educação física.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1. LEIS E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO	11
CAPÍTULO 2. A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE	16
CAPÍTULO 3. INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR	19
3.1 Observações na escola	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

Este trabalho de monografia pretendeu abordar a questão da inclusão de alunos portadores de necessidades especiais por meio de atividades lúdicas, na intenção de saber como é desenvolvido o processo de inclusão destes educandos em uma rede pública de ensino. As questões que nortearam esse estudo partem dos seguintes pressupostos: O professor (a) utiliza-se da atividade lúdica para realizar o processo de inclusão? É possível, por meio de atividades lúdicas, incluir um aluno com necessidades especiais no contexto escolar mais amplo?

Hoje muito se fala na questão da inclusão dos alunos especiais em uma classe regular de ensino, porém o governo não oferece condições para as escolas, e nem para os professores para fazer o processo de inclusão, de maneira que o educando sinta-se realmente integrado ao ambiente escolar.

Sabemos que a lei deve ser respeitada, então os alunos portadores de necessidades especiais devem ser incluídos no ambiente educacional. No entanto, é necessário pensar em formas de inclusão que contribuirão para a formação desse aluno, para que ele e o aluno identificado como “normal” interajam.

A questão não é só garantir e cumprir o direito dos alunos especiais de serem incluídos, mas proporcionar condições para que esse processo inclusivo dê realmente certo, não seja mais uma ordem que será cumprida.

A legislação é um importante instrumento para garantir o direito dos portadores de necessidades especiais, e conseqüentemente, acabar com a discriminação na medida em que os educandos especiais forem incluídos na escola de forma natural, sendo respeitados e aceitos pelos demais alunos. Sendo assim, creio que a atividade lúdica pode contribuir, e muito, para que ocorra esse processo. Logo, esse estudo pauta-se na ideia de que a atividade lúdica usada pela professora no intuito de integrar os alunos especiais junto com os “normais” é um bom instrumento que favorecerá a inclusão dos alunos especiais.

No decorrer do trabalho utilizei as seguintes expressões: “portadores de necessidades especiais”, “educandos especiais”, “educandos com limitações”, como referência ao alunado com deficiência (física, auditiva, visual, mental, múltipla), portadores de condutas típicas (problemas de conduta) e os de alta habilidade (superdotados), essas deficiências estão expressas no Plano Nacional de Educação Especial (1993).

Quanto ao arcabouço teórico para desenvolver esse tema, tomei como base o que está definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 20 de dezembro de 1996, sobre os aspectos que norteiam como os educando com necessidades especiais devem ser incluídos em classes regulares de ensino. Para isto, fiz uma breve síntese referente ao que está estabelecido na lei sobre a educação especial. Alguns autores que discutem a educação inclusiva contribuíram para enriquecer a temática aqui explicitada. Quanto à questão da ludicidade, autores como Johan Huizinga (1971), Chateau (1987) e Nhary (2006) trouxeram grande contribuição ao trabalho. O foco do trabalho recaiu no fato de como é desenvolvido o processo de inclusão dos educandos especiais em uma escola pública do município de Niterói, na qual foi realizado o trabalho de campo, para obter mais informações sobre esse processo e também para verificar se o trabalho lúdico é utilizado pelo professor (a) como um recurso para incluir o educando especial, favorecendo assim a sua integração junto com os demais alunos na escola. A escola na qual foi realizada a observação não tem educandos com todas as deficiências, a instituição de ensino tem no seu corpo discente portadores de necessidades física, auditiva, múltiplas. Todos os educandos que têm alguma limitação estão inseridos em uma classe regular de ensino. Dessa forma, esse foi o objetivo principal deste trabalho que pretende deixar como contribuição a perspectiva da ludicidade no processo da educação inclusiva.

A atividade lúdica, o jogo, é muito importante para a formação da criança e, na escola, este é o espaço no qual a inclusão ocorrerá de forma mais natural, segundo Staimback (1999, XII- apud GIL) a escola “é um lugar do qual todos fazem parte, em que todos são aceitos, onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas”, por isso vejo que não será apenas lei que fará com que o processo inclusivo realmente ocorra em uma classe regular de ensino, é preciso mais, então a ludicidade seria um meio de contribuir para que o processo de inclusão aconteça.

Sem dúvida ao brincar as crianças se ajudam e veem o outro como sujeito e não sua limitação seja ela de qualquer natureza. O ato do brincar, o jogo em si, sem dúvida, ajuda nesse processo, pois ao brincar as crianças não visam à diferença, estão se divertindo, socializando-se umas com as outras.

A intensidade do jogo e seu poder de fascinação não podem ser explicados por análises biológicas. E, contudo, é nessa intensidade, nessa fascinação, nessa capacidade de excitar que reside a própria essência e a característica primordial do jogo. [...] o divertimento do jogo, resiste a toda análise e interpretações lógicas. (HUIZINGA, 1971, p.4)

O trabalho de incluir o educando portador de necessidades especiais em uma classe regular de ensino tem como função proporcionar à integração, a socialização dos educandos independente das limitações que apresentem, logo, a ludicidade pode ser uma atividade facilitadora pelos valores e fruições que ela proporciona.

Apresento este trabalho dividido da seguinte maneira: no primeiro capítulo abordei alguns aspectos legais que se referem aos portadores de necessidades especiais como a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), além da nossa Constituição Federal (1988), que é a principal lei do Brasil que garante os direitos da população, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), entre outros para termos conhecimento de algumas leis importantes para nós cidadãos, independente de termos ou não alguma limitação.

No segundo capítulo falo da questão da ludicidade, como é importante o brincar, jogar para os alunos, já que o lúdico é natural do ser humano, e está mais presente no período da infância, época na qual eles estão se desenvolvendo, aprendendo. E, posteriormente, no capítulo três enfoco a questão do lúdico na escola, mostrando em quais momentos ele está presente no ambiente escolar, de que maneira as atividades são trabalhadas pela professora para que o aluno especial participe, interaja com os colegas. Neste capítulo está transcrito a parte mais importante desse trabalho, que é a parte de campo da pesquisa, na qual destaco o fato do ato lúdico estar presente, significativamente, na aula de educação física.

Para elaborar esse trabalho, além do referencial teórico, de algumas leis e de autores que abordam a questão lúdica, foi realizada a parte de campo para obter mais informações sobre o processo de inclusão no ambiente educacional.

Durante as visitas à escola foi observada tanto à sala de aula, quanto as aulas de educação física - na quadra, e o horário do recreio. Essas observações e acontecimentos foram registrados em um caderno (diário de campo), nesse caderno também foram registradas as conversas que ocorreram com a professora de apoio, com a professora de educação física, conversas que aconteciam durante o decorrer das aulas, para que, aos poucos, conseguisse saber mais sobre como ela trabalhava a ludicidade com os alunos ditos “normais” e os deficientes, saber como era a interação deles nesse ambiente, para constatar que a atividade lúdica é um importante meio de incluir o alunado especial na escola, não só através das observações, mas também com a fala da professora de educação física que está em contato com um número bem maior de educandos deficientes. Então, essa foi a forma metodológica

utilizada para verificar, de maneira mais ampla, o aspecto lúdico nesse ambiente educacional no qual acontece o processo de inclusão de alunos portadores de necessidades especiais.

CAPÍTULO 1 – LEIS E POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nas leis temos a concretização dos nossos direitos, direitos estes que foram garantidos através de muita luta da população ao longo dos anos. E isso não foi diferente para os portadores de necessidades especiais, para que tivessem seus direitos garantidos, serem respeitados, vistos como cidadãos. Para isso, também teve que ocorrer manifestações da sociedade, o povo teve que expressar sua indignação perante o governo para que esse começasse a ver os deficientes como parte da sociedade.

Foi necessária a manifestação da sociedade e do mundo em geral que não aceitava mais a exclusão dos portadores de necessidades no ambiente social, do fato deles, muitas vezes, terem seus direitos negados pelo governo. Em meio a manifestações nacionais e internacionais é que começou a ocorrer mudança, na qual se começava a visualizar o deficiente como sujeito, como qualquer outro na sociedade, que tem limitações leves ou severas, mas, independente das limitações, devem ser respeitados por todos, e terem seus direitos garantidos perante a lei.

Além de alguns acontecimentos em favor da inclusão do deficiente, ocorreu a organização de congressos internacionais importantes para se discutir ações em favor dos portadores de necessidades especiais. Desses congressos três, declarações importantes foram promulgadas, que aprovaram conquistas para todas as pessoas, independente de terem ou não alguma deficiência, seja ela motora, sensorial, intelectual. Os encontros internacionais originaram as seguintes declarações: a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948); Declaração Mundial de Educação para Todos (1990); e a Declaração de Salamanca (1994).

A Declaração Universal dos Direitos do Homem não é exatamente uma lei, porém estabelece direitos a humanidade, independente dos aspectos referente à nacionalidade, religião, cor, sexo, política, enfim, de uma forma mais abrangente esclarece em um documento oficial os direitos comuns para todos os cidadãos, inclusive a garantia de educação para todos, sendo assim, incluiu os educandos que têm alguma deficiência. Vejamos abaixo alguns fragmentos dessa declaração.

Todo ser humano, em todas as suas dimensões, é o centro e o foco de qualquer movimento para a sua promoção. O princípio é válido, tanto para as pessoas normais e para as ligeiramente afetadas como, também, para as gravemente prejudicadas, que exijam uma ação integrada de responsabilidade e de realizações pluridirecionais. Todo ser humano conta com possibilidades reais, mínimas que sejam, de alcançar pleno desenvolvimento de suas habilidades e de adaptar-se positivamente ao ambiente normal. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM apud CORRÊA, 2005, p.55-56)

Percebemos que na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) o foco é o ser humano independente de suas limitações, não importa se é uma pessoa dita “normal” ou que tenha alguma deficiência, a declaração estabelece pontos comuns para todos os seres humanos, garantindo o direito de desenvolver suas habilidades físicas, mentais, emocionais, enfim, direito ao respeito, de estar em um ambiente comum para todos, de participar da vida em sociedade. Principalmente em uma instituição de ensino, na qual possibilita desenvolver as habilidades do alunado, e a inserção social do mesmo.

A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), garante educação para todos independente das possíveis dificuldades ou limitações que o sujeito apresente. (MIRANDA, 2003, p.7)

Declaração de Salamanca (1994), essa declaração é o resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que ocorreu na Espanha e teve como foco a questão da educação para crianças com necessidades especiais. A declaração diz:

Todas as crianças têm direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível adequado de conhecimento.

Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhes são próprias.

Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades.

As pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso à escola regular que deverão integrá-las numa pedagogia centrada na criança, capaz de atender a essas necessidades.

As escolas regulares, com essa orientação integradora, representam os meios mais eficazes de combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade integradora e alcançando educação para todos, além de proporcionar uma educação efetiva à maioria das crianças e melhorar tanto a eficiência como a relação custo-benefício de todo o sistema educativo. (UNESCO, 1994)

A Declaração ratifica que a criança tem o direito à educação, de desenvolver suas habilidades sejam elas cognitivas, motoras, emocionais; que é necessário que haja uma integração da criança que tem alguma deficiência com as ditas “normais”, que ela seja realmente incluída no ambiente escolar. Sendo que suas limitações devem ser respeitadas por todos, pois cada criança tem sua particularidade, seu ritmo de aprendizagem diferenciado uns dos outros, então é necessário se pensar formas que poderiam ajudar nesse processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais.

Durante muito tempo era de responsabilidade do setor privado atender as pessoas deficientes em ambientes específicos. Só a partir do fim da década de 50 e início da década de 60, que tivemos realmente uma política voltada para educandos “excepcionais”, assim que eram chamados nessa época. Nesse período o governo federal assumiu o atendimento dos

educandos “excepcionais”, ocorrendo assim campanhas que duraram até 1972. (MIRANDA, 2003, p. 6)

Referente ao aspecto legal, a questão da educação especial foi realmente pensada pela primeira vez na Lei de Diretrizes e Bases 4.024/61 e 5.692/71, (Idem p.6) lei que estabelecia que a educação dos portadores de necessidades especiais, foi assim que passaram a ser chamados nessa época, deveria se enquadrar ao sistema geral de educação. Não devendo ser algo totalmente diferenciado, pois eram os educandos especiais que deveriam se moldar, se adaptar ao sistema de ensino nacional de certa forma, e não a instituição de ensino se preparar para incluir o aluno especial.

Na Constituição Federal de 1988, fica claramente assegurado o direito dos portadores de necessidades especiais, no artigo 208, como podemos ver abaixo.

Constituição Federal, Título VIII. Art. 208

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – inciso 1º- O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo.

V – Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

Podemos perceber que é dever do governo oferecer ensino gratuito, inclusive para os educandos portadores de necessidades especiais. A Constituição de 1988 deixa claro que o ensino deve ser oferecido em uma rede regular, e que sejam desenvolvidas as capacidades desses alunos, respeitando seus limites sejam eles físicos, mentais, sensoriais.

Atualmente a nossa legislação descreve no Capítulo V, os direitos dos educandos especiais, nos art. 58,59 e 60, artigos estes que encontramos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que incluiu em 20 de dezembro de 1996, a educação especial no contexto efetivo da educação em âmbito nacional. Nesses artigos deixa-se claro a educação para os portadores de necessidades especiais, como devem ser as formas de organização no território nacional. Como podemos verificar abaixo no capítulo V.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (LDBEN, 1996)

Além das leis que acima foram brevemente apontadas para termos uma ciência da evolução da legislação e políticas voltadas para os portadores de necessidades especiais, das conquistas legais, podemos verificar alguns direitos também no Estatuto da criança e do adolescente (ECA), lei federal nº 8069/90, no art.54.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Tanto a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), estão ratificando que a educação dos educandos portadores de necessidades especiais deve ser oferecida pelo Governo, em uma rede regular de ensino. Para que esses alunos tenham contato com crianças ditas “normais”, que sejam integrados na sociedade, não sejam excluídos de alguma forma, que não tenham seus direitos negados, e para que isso aconteça o melhor lugar para termos essa integração e acabarmos com qualquer tipo de discriminação é no ambiente escolar, pois a escola além de ser uma instituição que nos media a aprendizagem, nos socializa.

É importante citar também o artigo 15, do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Art.15. A criança e o adolescente têm direito a liberdade, ao respeito e a dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição.

Como qualquer cidadão na sociedade a criança e adolescente também têm direitos, e as crianças deficientes, apesar de terem algum tipo de limitação são crianças que estão aprendendo, se desenvolvendo na medida em que permanecem em contato com outras

crianças, superando seus limites, sendo vistas e respeitadas como sujeitos que são na sociedade.

Além dessas leis temos a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que materializa normas de proteção para as pessoas que tem alguma limitação, que encontramos na Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, regulamentada no Decreto nº 3. 298/99, não só consolida formas de proteção aos portadores de deficiência, como assegura o exercício dos seus direitos. No Capítulo I, diz:

Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (DECRETO, nº3. 298/99, da lei nº7. 853/89)

Todas as leis ou políticas voltadas para garantir os direitos dos portadores de deficiência são importantes, pois todos esses direitos não foram alcançados tão facilmente, e sim através de anseios e luta da sociedade para que fossem assegurados os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais. Conferências em âmbito internacional ocorreram, políticas foram pensadas para que houvesse a inclusão das pessoas que têm alguma deficiência, nas escolas sejam elas públicas ou privadas, incluindo-as na sociedade para que possam exercer sua cidadania na medida do possível, independente da deficiência.

Para que esses direitos sejam concretizados nada melhor que o ambiente escolar, que é democrático, que é um espaço de socialização, reflexão, aprendizagem. A escola é um ambiente que pode trabalhar para que as diferenças e diversidades sejam aceitas e respeitadas.

CAPÍTULO 2 – A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE

Brincar, jogar é algo natural e universal do ser humano, compreendem atividades que proporcionam alegria, divertimento, prazer para os que estão envolvidos na ação, além de ajudar no desenvolvimento físico, intelectual, emocional, social do sujeito. Essas atividades lúdicas estão presentes em todas as classes sociais, crianças de várias idades brincam, se divertem através da ludicidade.

...o jogo uma das atitudes do homem que se vincula ao prazer, a satisfação de estar-junto, ao companheirismo, aos antagonismos (competição), as complementaridades (equipes), faz-se presente cotidianamente, sobretudo entre crianças, levando-nos no campo da educação a investigá-lo com um olhar sensível, capaz de compreendê-lo como fenômeno social e cultural onde o brincar/jogar faz parte do aprendizado dos indivíduos, levando-os a vivenciar emoções e situações próprias da natureza humana. (NHARY, 2006.p.42)

Essas atividades são importantes para o desenvolvimento do sujeito independente se ele tenha ou não alguma limitação. E durante as atividades lúdicas não há por parte de quem as pratica, um olhar para o diferente, neste caso o alunado especial, mas todos são vistos como capazes de realizar a atividade coletivamente, dentro das suas capacidades físicas, intelectuais, sociais, enfim, o ato do brincar/jogar, ocasiona a interação dos educandos das séries iniciais, já que todos participam das atividades, proporcionando assim a socialização do corpo discente no ambiente educacional, desta maneira o educando especial é incluído através da ação lúdica. Isso porque o mais importante nestas atividades é o desejo de estar junto com o outro, mesmo que seja para competir, é poder usufruir do movimento que a atividade gera e suas fruições.

Qualquer tipo de atividade lúdica seja ela brincadeiras, jogos, brinquedos cantados, favorecem o processo de inclusão, pois durante a brincadeira há o processo de integração entre as crianças, elas estão aprendendo a compartilhar, a serem cooperativas umas com as outras, a respeitar os limites impostos por elas mesmas que participam da brincadeira ou jogo, “a ludicidade constitui um traço fundamental das culturas infantis. Brincar não é exclusivo das crianças, é próprio do homem e uma das suas actividades sociais mais significativas”. (SARMENTO apud NHARY, 2006, p.57)

Os educandos normais gostam de brincar, pois este é um ato espontâneo da criança, e ao brincar com o outro estão passando pelo processo de aquisição das relações interpessoais que são fundamentais para desenvolvimento social do sujeito. Temos a clareza que o ato da ludicidade privilegia a interação do alunado no ambiente escolar, fazendo com que ele se sinta como parte integrante daquele ambiente, aceito e respeitado por todos. Já que quando ocorre a

brincadeira a intenção é que todos participem, se divirtam, com isso o educando especial também participa das brincadeiras, e jogos. E através dessa participação o educando portador de necessidades especiais tem mais auto-estima por participar ativamente com os educandos ditos “normais” das atividades lúdicas, então, essa convivência com o outro, a interação faz com que o alunado especial sintam-se como parte importante desse meio educacional que está inserido, com isso ele não só está como se sente incluído ao ambiente escolar.

Sabemos que a atividade lúdica é importante tanto para o aluno “normal” quanto para os portadores de necessidades especiais, pois a brincadeira é uma ação social do ser humano, brincar durante a infância é algo cultural, no qual todas as crianças devem passar por esse processo de ludicidade, sendo assim através da brincadeira, do jogo, ocorre o processo de inclusão de forma natural, pois no momento da brincadeira as crianças se entregam à ação que está acontecendo, do imaginário, do divertimento e interagem umas com as outras. Com isso, independente da limitação, os educandos especiais também gostam, e participam das atividades lúdicas que o professor desenvolve durante as aulas, sendo assim, nada o impede de interagir durante a brincadeira com os demais colegas de classe, só é necessário fazer algumas adaptações dependendo da limitação do educando para que ele se envolva com mais facilidade nas atividades, sejam elas jogos esportivos, brincadeiras de raciocínio, etc. “O jogo passa a ser organizado e incentivado pelos educadores proporcionando uma oportunidade de testar e observar as crianças em suas atividades naturais e espontâneas”. (NHARY, 2006, p. 84)

Como foi observado na escola essa organização foi realizada pela professora de educação física, além de ter pensado em atividades de jogos e brincadeiras no qual os educandos especiais participassem ativamente da ação lúdica junto com os demais colegas de classe, para que assim eles interagisse de forma natural, divertida, contribuindo para a convivência social dos educandos independente da sua limitação.

O ato do brincar ou jogar traz muitos benefícios para quem participa dessa atividade, pois, contribui para o desenvolvimento físico, social, intelectual, respeito ao outro, a criança supera os desafios através da brincadeira ou jogo, além disso, os educandos aprendem a serem cooperativos, aprendem regras, a lidar com seus limites, enfim, não é somente uma atividade que proporciona alegria, prazer, divertimento, direta ou diretamente está trabalhando na formação do sujeito, para que ele aprenda a conviver com os outros, a respeitar, a aceitar as pessoas que são diferentes, independente que tenham ou não alguma deficiência.

“Brincar /jogar é uma condição humana, sobretudo entre crianças. São atitudes, na maioria das vezes, partilhadas, onde o prazer de estar junto, onde o sentimento de pertença é mais forte que o resultado do jogo em si”, (Idem p.223) durante a ludicidade esse prazer de estar junto com o outro brincado, se divertindo, interagindo, contribui para a inclusão do educando especial, pois tanto o aluno dito “normal” quanto o que tem alguma limitação estão desfrutando de sentimentos comuns, que surgem durante a brincadeira ou jogo, estão aprendendo, se desenvolvendo, e através dessa participação de todos em conjunto, o alunado especial sente-se como parte integrante daquele ambiente educacional, no qual está incluído.

CAPÍTULO 3 – INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Quando falamos em educação inclusiva estamos nos referindo aos excluídos de alguma maneira do ambiente escolar, já que se estivessem inseridos na escola não haveria a necessidade de incluí-los nesse ambiente.

A educação inclusiva não é simplesmente matricular o educando na escola, como determina a lei, na qual prescreve que as crianças e adolescentes devem ser matriculados preferencialmente em uma rede regular de ensino.

Muitas vezes o educando está em um ambiente escolar e é/sente-se excluído de alguma forma, seja pelos coleguinhas que não brincam com ele, ou por qualquer outro motivo, não havendo então a interação, a socialização desses alunos.

A visão da inclusão não é moldar o educando para ser inserido na escola, dele ter que se adaptar ao ambiente da sala de aula, da escola como um todo, pelo contrário, é conseguir meios para que esse educando seja incluído nesse espaço educacional, e social que é a escola.

E é isso que ocorre na escola na qual foi realizado o trabalho de campo. Trata-se de uma escola pública localizada no município de Niterói no Estado do Rio de Janeiro, cuja identificação será preservada. A escola tem um bom espaço físico, o pátio é razoavelmente grande, tem uma quadra. A escola tem dois prédios, um de 2 andares destinados à secretária, direção e coordenação, enfim, para a parte administrativa da escola. E outro com 4 andares onde ficam as salas de aula, que são grandes, bem arejadas, têm boa iluminação. Cada sala tem de 25 a 28 alunos. Há ainda uma sala de vídeo e uma biblioteca. O prédio tem um elevador para que os alunos com limitação o utilizem, principalmente os que têm deficiência física, como também têm rampas para garantir a locomoção. A escola tem uma sala de recursos com materiais diversificados para o trabalho especificamente com o alunado especial com o objetivo de desenvolver as habilidades de cada um dentro da sua limitação. Os materiais utilizados com frequência durante as aulas de educação física são: bola de futebol, basquete, vôlei, corda e material de boliche. No geral a escola tem uma boa estrutura arquitetônica para receber e inserir os educandos no ambiente educacional, independente de limitações.

Pelo que foi observado houve um movimento para acolher os educandos especiais, os funcionários, professores, enfim, todos buscaram meios para incluir o alunado que tem alguma limitação. Para que ele se sentisse bem naquele ambiente, sendo recebido na escola da mesma maneira que os demais educandos considerados “normais”, para que assim não

sobressaísse o cuidado em relação à limitação, para que ele não fosse tratado de maneira diferente por causa disso, da sua restrição seja ela física, sensorial, intelectual, mas sendo visto da mesma forma que os educandos “normais”, para que suas habilidades fossem desenvolvidas, que ocorresse a interação com os demais alunos. Pelo que percebi a preocupação dos sujeitos da escola é respeitar sempre as limitações do alunado portador de necessidades especiais que se encontra inserido nessa unidade escolar.

A escola tem que trabalhar para incluir o alunado com necessidades especiais no ambiente educacional, para que ele possa integrar-se ao meio que está inserido, pois uma das esferas em que pode ocorrer a socialização e não a segregação do sujeito é na escola, que é importantíssima no processo de construção, socialização do educando.

Não é suficiente que o educando com necessidades especiais esteja em uma classe regular de ensino, é importante que ocorra uma interação com os colegas de classe nas atividades que são desenvolvidas, como trabalhos manuais, jogos, brincadeiras, enfim, atividades que contribuam para o trabalho em grupo, a cooperação, estimulando assim o relacionamento social do educando especial com o considerado “normal”.

Podemos refletir hoje que a educação inclusiva segue uma perspectiva mais ampla, não está voltada para um ensino especializado, no qual ocorreria um trabalho mais individualizado com o sujeito que tem alguma limitação, mas sim uma educação visando à formação do educando, por isso a importância dele estar inserido em um ambiente que propicie a interação com os demais colegas de classe, para que ele consiga desenvolver as suas habilidades, sejam elas motoras, sensoriais, mentais, sociais.

A inclusão do aluno que tem alguma limitação tem que ser realizada de maneira que ele sinta-se incluído na escola, participe das atividades que são desenvolvidas na escola, como está no PCN, “é fundamental que o aluno se sinta valorizado e acolhido em todos os momentos de sua escolaridade” (p.47). E, de certa forma, é isso que acontece na escola. Pude perceber através da atitude da professora de educação física ao mediar as atividades, tendo uma preocupação para que o educando especial participe das atividades lúdicas com os demais, faz com que ocorra esse acolhimento e a interação de todos, independentemente se tenham ou não alguma limitação, contribuindo assim para a socialização dos sujeitos através da ludicidade e também na inserção do alunado especial na escola.

3.1 OBSERVAÇÃO NA ESCOLA

Essa pesquisa tem caráter qualitativo e conta com as observações das práticas dos docentes e discentes no cotidiano da escola como forma de coleta de dados. Sendo assim, o trabalho de campo desta pesquisa foi realizado em uma escola municipal de Niterói, que existe desde 2004, no qual se trabalha com o processo de inclusão do alunado que tem alguma limitação. Esta instituição de ensino não terá o nome identificado, igualmente não será identificado o nome das professoras e dos educandos. O trabalho de observação realizado nesta escola durou três meses, com visitas duas vezes por semana especificamente para a realização desta pesquisa.

Relacionar estas observações às teorias aqui apresentadas sobre educação inclusiva e ludicidade foi o ponto central deste trabalho de modo a atingir o principal objetivo expresso no próprio título da monografia: a ludicidade no processo de inclusão de alunos especiais no ambiente educacional.

A escola escolhida como lócus da pesquisa trabalha com o processo de inclusão, tendo alunos com várias deficiências, cadeirantes, com paralisia cerebral, deficiência múltipla, surdo, enfim, no total a escola tem no primeiro segmento do ensino fundamental 40 alunos do 1º ciclo e 45 alunos do 2º ciclo. Os alunos com alguma limitação estão inseridos em uma classe regular juntamente com os educandos “normais”, para que haja interação entre eles, colaborando para a socialização do alunado especial.

A observação foi realizada em uma turma do 4º ano do primeiro segmento do ensino fundamental. Os alunos têm mais ou menos a mesma faixa etária, no caso do aluno cadeirante que está incluído nesta classe, ele é três anos mais velho que a média da turma, que é de nove a dez anos, mas, fisicamente, ele aparenta ter onze anos. Ele tem um desenvolvimento cognitivo satisfatório, a sua deficiência não afetou a parte cerebral. O educando em questão sabe ler e escrever, porém, muitas vezes, ele demora para terminar as atividades, então é respeitado o tempo do educando, a professora de apoio não força, vai conversando, estimulando para que ele prossiga nas atividades.

É importante que o educando portador de necessidade especial conviva com outras crianças da sua idade, pois a inclusão dele no ambiente escolar traz benefícios tanto para ele como para os demais alunos ditos “normais”, que vão conviver com o “diferente”, vão respeitá-los, independente do grau de deficiência do colega. Foi isso que pude observar nesta escola.



Alunos jogando dama durante a aula de educação física

O trabalho da escola de inserir o aluno especial em uma classe comum de ensino e não separá-lo em uma sala a parte é essencial para a vida social do portador de necessidade especial, para que ocorra a interação do mesmo com o ambiente escolar, “é melhor para qualquer criança conviver em classes heterogêneas- frequentadas por portadores ou não de deficiência, para que ela possa integrar-se com a riqueza das diferenças que todos nós possuímos” (RIBAS, 1996, p.111), do que ser enclausurada em uma sala de aula a parte ou em casa.

Essa escola pública do município de Niterói tem acessibilidade arquitetônica para os deficientes físicos, com rampas, elevador. E também tem adaptações para os demais educandos especiais, para os deficientes auditivos tem as turmas bilíngües, no qual não só os professores dessas turmas dominam a língua de sinais, outros alunos e alguns funcionários também a domina pelo que foi observado. Há também professores de apoio, para trabalhar com os outros alunos especiais, estes dão uma atenção mais significativa aos educandos especiais. Já que segundo Miranda:

A democratização do ensino será possível partir do momento em que os espaços físicos, as metodologias e os materiais didáticos e, sobretudo, a capacitação dos docentes, estiverem beneficiando e proporcionando uma educação efetivamente de qualidade para todos. (MIRANDA, 2003, p.17).

Então, para termos uma inclusão de qualidade dos alunos especiais, somente a lei não é suficiente, é necessário se pensar nos espaços físicos da instituição que irá receber este aluno especial, nos materiais didáticos para que os professores desenvolvam um trabalho de qualidade com os educandos. E isso foi encontrado na escola na qual foi realizado o trabalho de campo, além das adaptações físicas, o alunado cadeirante tem a mesa apropriada para acomodar a cadeira do deficiente físico.

A professora de apoio fica em sala de aula acompanhando e desenvolvendo as atividades com o alunado especial, enquanto o professora titular trabalha com os demais educando. Pelo que foi observado nas turmas na qual encontra-se inserido um aluno com alguma limitação, há uma professor (a) de apoio dando suporte para o educando especial, para que assim sejam desenvolvidas as suas habilidades, sempre respeitando a limitação do educando.

Analisando o que foi observado em sala de aula o aluno cadeirante encontra-se incluído no ambiente educacional, independente do fato do educando não conseguir acompanhar o ritmo da turma, em relação a conteúdos que são trabalhados, porém ele consegue desenvolver as atividades que lhes são atribuídas, pela professora de apoio. A professora titular media a aula para os demais, enquanto isso o educando especial tem o seu trabalho desenvolvido juntamente com a professora de apoio, que trabalha com atividades para estimular o raciocínio, a coordenação motora do aluno, que tem deficiência física, mas não foi afetada a parte cerebral de forma que o impossibilitasse no desenvolvimento cognitivo.

A professora de apoio faz um trabalho com o objetivo de contribuir para que esse aluno se torne independente na sala de aula, que consiga caminhar com a turma nas atividades que a professora titular desenvolve, com isso não haveria mais a necessidade de ter duas docentes em sala, no qual uma realiza um trabalho direcionado com o educando especial.

O aluno em questão interage na medida do possível com os demais alunos, alguns vão até a sua carteira, às vezes ele mesmo conduz a sua cadeira de roda pela sala de aula. Nota-se que ele está incluído naquele ambiente, pois ele se sente bem ao estar na escola. Mas não foi ele que teve que se adaptar a escola, e sim a equipe da escola que encontrou meios para que esse aluno fosse incluído em uma classe regular, para que as suas potencialidades fossem desenvolvidas, tendo sempre os seus limites respeitados.

O local que sem dúvida o educando interage mais com os outros colegas é a quadra de esporte, na aula de educação física, pois o trabalho que a professora desenvolve é mais

dinâmico, lúdico, os alunos interagem quando estão brincando com bola. E o aluno cadeirante também participa jogando bola com outros colegas, como um jogo de basquete. É necessário que todos compreendam o “valor da ludicidade no espaço escolar” (NHARY, 2006.p.36), que a atividade lúdica contribui para o desenvolvimento do educando independente da sua limitação, que “as brincadeiras e os jogos são fundamentais para as crianças, pois envolvem um trabalho de elaboração e de ação, possibilitando as relações interpessoais” (idem), e através dessa interação com o outro, ocorre o respeito e a aceitação do outro que é “diferente”.

A professora de educação física desenvolve atividades na qual o alunado com limitação possa participar juntamente com os demais educandos ditos “normais”. Ela procura fazer adaptações para que o aluno especial possa interagir durante as atividades, sejam estas brincadeiras, jogos, enfim, há uma preocupação em encontrar meios para que esse aluno seja incluído nas dinâmicas da aula e também para que ele se sinta incluído, despertando assim a vontade do educando especial para participar da atividade e, conseqüentemente, fazer com que ele sinta-se bem naquele ambiente, no qual todos estão integrados.

... a ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento. (SANTOS, apud SANTOS, 1997, p12)

Na turma na qual houve o trabalho de observação encontra-se o educando cadeirante, a professora de educação física procura trazer atividades adaptadas para que ele que tem deficiência física possa participar. No entanto, a professora tem que fazer um trabalho inicial de estimulação para despertar o interesse do aluno, pois ele começa a participar da atividade com os colegas e logo perde o interesse, então a professora apresenta uma nova atividade para ele fazer em um grupo menor. Ocorre uma preocupação da parte dela para que haja uma interação entre todos durante as brincadeiras ou jogos.

A professora procura desenvolver vários jogos e brincadeiras com o corpo discente, das quais o aluno especial também participa como o queimado coletivo, no qual um aluno fica responsável de ajudá-lo a conduzir a cadeira de rodas ou a própria professora, mostrando assim a interação e a socialização que existe entre eles, no qual se apresenta mais visível durante as aulas de educação física, já que esta aula que trabalha mais com o corpo, com o movimento, no qual as atividades de brincar/jogar são desenvolvidas em grupo, e os alunos gostam, se divertem e aprendem ao mesmo tempo.



Pequeno grupo jogando queimado com o aluno cadeirante.

Outros jogos também são realizados por todos com muito prazer como o boliche, o basquete. Nesse a professora trabalha visando um pouco o aluno cadeirante no aspecto físico para que ele possa tonificar a musculatura do braço, para que assim ele possa conduzir a cadeira com mais agilidade futuramente sem precisar do auxílio de nenhum colega.

Essas atividades fazem com que eles se ajudem e proporciona à socialização dos alunos no ambiente escolar, com isso o aluno está sendo incluído de forma natural. Como diz o PCN, a participação do aluno especial na aula de educação física “pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social” (PCN, p.32).

A turma desse aluno cadeirante é bem acolhedora, atenciosa, eles interagem bem seja na sala de aula, na aula de educação física, no recreio, “a receptividade de uma criança por outra é um fenômeno natural” (CHATEAU, 2004, p.48), enfim, como a própria professora de educação física disse: *essa turma é bem receptiva*, mostrando assim que esse educando está incluído no meio educacional, pois a inclusão não é simplesmente o sujeito estar presente naquele ambiente de forma passiva, mas participar, interagir com os outros que estão naquele meio educativo e social, aprendendo, se desenvolvendo a partir dessa interação que ocorre durante a ação do brincar ou jogar, que é importantíssimo para o desenvolvimento motor, afetivo, social do sujeito, e que logo contribui para essa inclusão do alunado que tem uma limitação.



Alunos realizando uma atividade livre, na qual um aluno cadeirante de outra turma também estava presente.

E isso é importante estar em um espaço no qual é desenvolvido o trabalho corporal, da brincadeira, do jogo para que o educando especial também interaja com os demais, respeitando sempre as suas limitações. Certamente estando nesse ambiente há uma socialização desses alunos “normais” e os que possuem alguma deficiência. O jogo, a brincadeira exerce uma relação educativa, “faz parte do próprio processo de auto-formação do indivíduo, conduzindo-o ao aprender a aprender” (NHARY, 2006, p.23), aprender a lidar com a diferença do outro, por exemplo, sem falar do papel social, da integração que a atividade lúdica proporciona ao corpo discente independente que tenha ou não alguma limitação. Durante as brincadeiras ou jogos as crianças não se fecharam para o diferente neste caso o alunado especial, ocorrendo assim à interação entre os educandos durante a ação da atividade lúdica, mostrando assim que a ludicidade proporciona a inclusão desse aluno.

Reconhecemos que trabalhar com classes heterogêneas que acolhem todas as diferenças traz inúmeros benefícios ao desenvolvimento das crianças deficientes e também as não deficientes, na medida em que estas têm a oportunidade de vivenciar a importância do valor da troca e da cooperação nas interações humanas. (MIRANDA, 2003, p. 6)

Certamente a inclusão do educando portador de necessidades especiais é algo que acontece de forma gradual nesta instituição de ensino. Em nenhum momento houve a separação do mesmo dos demais estudantes, e nenhum tipo de discriminação, inferiorização do aluno especial, e sim o respeito, a afetividade de todos, contribuindo assim para sua interação no ambiente educacional.

De maneira geral, a inclusão ocorre nessa escola, sendo que o aspecto lúdico, pelo que foi observado, acontece com mais intensidade durante as aulas de educação física, porque nesse momento há um contato maior entre os alunos, não tem que ser trabalhado conteúdos fixos, a professora pode apresentar atividades variadas para trabalhar a coordenação motora, para desenvolver a parte afetiva, social do aluno, enfim, durante o brincar/jogar a criança aprende direta ou indiretamente, a respeitar o outro, aprende regras etc, segundo Chateau “é pelo jogo, pelo brinquedo, que crescem a alma e a inteligência” da criança. (p.14)

Como está estabelecido nos Parâmetros Curriculares Nacionais de educação física, esta tem como proposta “procurar democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos” (p.15), por isso essa aula possibilita mais a interação dos sujeitos no ambiente educacional, contribuindo para a formação e inserção do aluno no meio social. Hoje a educação física tem uma visão mais ampla, não está direcionada somente para a parte da saúde do sujeito, mas para uma cultura corporal, pois:

...contempla múltiplos conhecimentos produzidos e usufruídos pela sociedade a respeito do corpo e do movimento. Entre eles, se consideram fundamentais as atividades culturais de movimento com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções, e com possibilidades de promoção, recuperação e manutenção da saúde. (PCN, p. 24)

Pode-se notar que a professora de educação física tem uma preocupação para que o aluno que tem alguma limitação participe das atividades que são desenvolvidas. Ela busca quando necessário, fazer adaptações nas brincadeiras ou jogos. diz ela: *não tenho que fazer muita adaptação é mais a metodologia que tem que mudar, não posso apresentar algo da mesma maneira que faço para os outros.*

...o professor pode fazer adaptações, criar situações de modo a possibilitar a participação dos alunos especiais. Uma criança na cadeira de rodas pode participar de uma corrida se for empurrada por outra e, mesmo que não desenvolva os músculos ou aumente a capacidade cardiovascular, estará sentindo as emoções de uma corrida. (PCN, p.32)

Além desse aluno cadeirante do 4º ano que foi observado, essa professora trabalha com outros alunos deficiências de outras turmas, durante algumas conversas ela relatou que *as adaptações são mais necessárias para os alunos maiores*, por exemplo, e para os que têm deficiência auditiva, nas brincadeiras sonoras, como chicotinho queimado para que os alunos surdos pudessem interagir com os outros, era dado um tapinha nas costas e dois era para o aluno correr. Além dessa brincadeira a professora procura levar para o ambiente escolar

outras brincadeiras ou jogos para que os alunos independente da limitação tenham um contato mais diversificado de atividades lúdicas.

Para trabalhar melhor alguma atividade lúdica com os alunos não ouvintes e os ditos “normais” a professora às vezes conversa com um professor da instituição que tem deficiência auditiva e também é formado em educação física, para saber se a brincadeira ou jogo que ela pretende desenvolver com a turma, será bem aceita, se os alunos que tem essa limitação vão gostar se vão interagir com os demais.

Pelas observações feitas na escola os alunos que têm alguma limitação participam das atividades lúdicas que são desenvolvidas pela professora, interagem bem com os outros alunos. Podemos perceber isso nas palavras da própria professora: *eles interagem bem, não tem muito problema não*. Percebe-se, de fato, que estão totalmente incluídos no ambiente escolar, principalmente pelo fato deles sentirem-se como parte integrante do meio no qual eles convivem. Essas atividades, além de possibilitarem a socialização, desenvolvem os aspectos motor, afetivo, intelectual, social. A ludicidade nessa escola está mais presente na aula de educação física como consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais na parte de portadores de deficiência física “a aula de educação física pode favorecer a construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte do deficiente e a convivência com ele pode possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, de respeito, de aceitação, sem preconceitos.” (PCN, p32)

Como podemos notar, a atividade lúdica está presente na instituição de ensino e contribui para o processo de inclusão do educando especial, “o jogo naturalmente contribui para a prosperidade do grupo social” (HUIZINGA, p.12), visto que esse se sente bem no ambiente escolar, participa das atividades sem nenhum problema, interage com os demais, se diverte, gosta da ação do brincar/jogar dessa liberdade e espontaneidade que a ação proporciona a todos além da aprendizagem, fazendo com que o respeito e aceitação do alunado que tem alguma limitação encontre-se presente nesse meio de aprendizagem e socialização do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, a instituição de ensino no qual foi realizado o trabalho de observação está incluindo os alunos portadores de necessidades especiais no ambiente educacional de maneira que não os prejudique e nem tampouco os ditos “normais”. Ocorre um trabalho gradual de inserção destes educandos no sistema favorecendo a sua aprendizagem e convivência com os demais. Tendo como um meio facilitador desse processo inclusivo a atividade lúdica que está contribuindo para que isso aconteça nesse ambiente escolar. Sem dúvida alguma, pois os envolvidos nesse processo participam das atividades juntamente com os outros sem nenhum problema, sem rejeição por parte do alunado considerado “normal”.

A ação de brincar/jogar é algo que todos apreciam, e participam, e essa ludicidade está presente durante as aulas de educação física, pois esse é o horário mais propício na escola para acontecer à atividade lúdica que traz muito prazer ao corpo discente. Já que a aula de educação física tem um trabalho voltado para o corpo, o movimento, para a cooperação, um trabalho em grupo, esse mostrou ser o espaço que as crianças interagem mais, se socializam a partir das brincadeiras ou jogos que são mediados pela professora, que muito contribui para que o aluno especial participe das atividades que são desenvolvidas, através das adaptações que eventualmente ela faz, e da preocupação que tem ao pensar em atividades que todos possam realizar juntos, e que ao mesmo tempo todos se divirtam, sentam prazer de estar naquele momento com os demais colegas participando, interagindo da atividade lúdica.

Sem dúvida o lúdico se faz presente na escola e contribui para a inclusão do educando que tem alguma limitação, pois eles participam bem das atividades, sempre respeitando as suas limitações.

Podemos usar algumas palavras para expressar essa ação do brincar/jogar como: diversão, prazer, alegria, entusiasmo, liberdade, companheirismo, enfim, muitas palavras poderiam ser usadas para identificar as sensações que sentimos durante esse momento espontâneo, e único do ser humano, pois somos sujeitos brincantes, como diz Chateau “a criança é um ser que brinca, joga e nada mais”. (p.14)

E durante essa ação lúdica foi possível perceber na escola a alegria das crianças durante a aula de educação física, a cooperação entre eles durante as atividades, todos interagem, participavam intensamente da brincadeira ou do jogo, inclusive os alunos especiais, que contavam com o companheirismo dos colegas, ao empurrar a cadeira de rodas,

ao serem receptivos com o que tem a limitação, não olhando o outro que é diferente de forma discriminatória.

Foi encontrado nessa escola um local acolhedor no qual o educando que tem alguma limitação sente-se incluído no ambiente educacional, convive bem com os ditos “normais”, está inserido em um meio que proporciona o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social do sujeito contribuindo assim para a sua vivência na sociedade, pois a escola é o principal espaço social no qual as crianças aprendem a conviver com o outro independente se tenha ou não alguma deficiência.

Isso é inclusão, é fazer parte da sociedade, conviver com o outro, ter a oportunidade de estar em um espaço comum a todos e não ser excluído, não ser olhado de forma diferente. O sujeito só está incluído quando ele sente-se bem naquele ambiente, quando ele participa das atividades com as pessoas ditas “normais”, quando ocorre a interação de todos independente das limitações que apresentem. É respeitar e aceitar o sujeito e vê-lo como um cidadão na sociedade que tem direitos como qualquer outro.

Não devemos ignorá-los, ou sermos indiferentes, ou ter um olhar de piedade quando vemos uma pessoa portadora de necessidades especiais, elas não precisam disso, pois não são “coitadinhas”. O fato de terem uma limitação não os impossibilita de realizarem alguma atividade, a maioria têm a consciência que não poderão realizar muita coisa dependendo do grau da deficiência, mas isso não a impede de tentar respeitando sempre a sua limitação.

Como os alunos surdos e mudos da escola que foi realizado o trabalho de campo eles conseguem desenvolver todas as atividades normalmente, e o cadeirante também, mesmo tendo um pouco mais de dificuldade ele consegue realizar.

Estes alunos, observados através desta pesquisa, estão em uma escola que os respeita, que não os discrimina, e nem os separa dos demais alunos. Eles estão incluídos no ambiente educacional, tendo as suas habilidades desenvolvidas sejam elas físicas, intelectuais, afetivas, sociais, pois como qualquer outro cidadão tem o direito de estar na escola, de conviver com crianças da sua faixa etária, de ter sua integração nesse meio social que é de fundamental importância para a formação do sujeito.

Em vista disso, podemos constatar que a ludicidade é um meio de incluir os alunos que tem alguma limitação na escola, pois brincar/jogar é uma ação que permite a troca de experiência entre os sujeitos, é um momento de aprendizagem, de diversão, alegria, e também de respeito mútuo entre os participantes independente se tenham alguma limitação seja ela física, mental, sensorial. Logo, o processo inclusivo está acontecendo no ambiente

educacional através da atividade lúdica que tem proporcionado ao corpo discente de maneira geral a interação, e a socialização dos sujeitos, com isso mostra que os educandos estão incluídos nesse ambiente sendo respeitados, aceitos, e participando das atividades, juntamente com os demais, sem nenhum tipo de constrangimento.

Neste trabalho tivemos a oportunidade de ver alguns documentos e leis da nossa legislação que são de suma importância, como a Constituição Federal (1988), pois ela estabelece e garante os direitos do cidadão, nos garante o direito à educação, a fazer parte da sociedade independente de deficiência, crença, cor, enfim, são os nossos direitos conseguidos através de muita luta, manifestações da sociedade para garanti-los como os dos portadores de necessidades especiais que antes eram excluídos do seio da sociedade e hoje por causa da indignação do povo que lutou para mudar essa história de negação temos leis para assegurar os direitos da pessoa que tem alguma limitação na sociedade. Como vimos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) tem um capítulo que estrutura a educação para os educandos especiais em nível nacional, para que assim possam não só desenvolver suas habilidades máximas como estar inseridos no meio social que é a escola, contribuindo assim para a sua formação como sujeito, pois ao estar em contado com outras crianças estão se socializando, interagindo, usufruindo de um direito que é comum a todos.

Além disso, constatamos o quanto a ludicidade contribui para a inclusão do alunado especial na escola, pois durante as brincadeiras ou jogos que foram desenvolvidos pela professora de educação física, os alunos participavam de todas as atividades, fossem eles “normais ou não”. Eram atividades que traziam alegria, diversão, cooperação entre eles nas brincadeiras ou jogos, atividades estas que os educandos especiais participavam assiduamente tendo sempre as suas limitações respeitadas, interagindo com os ditos “normais” sem qualquer problema, mostrando assim o quanto estão incluídos no ambiente educacional, pois eles sentem-se incluídos, respeitados por todos, convivem em um ambiente que propicia a sua socialização com os outros alunos.

Com isso pode-se concluir que estes alunos especiais estão incluídos no ambiente escolar dessa escola no qual foi realizado trabalho de campo, não só porque a lei é cumprida, mas porque existe um meio utilizado na escola que contribuiu para esse processo inclusivo, a atividade lúdica, que fez com que os sujeitos com e sem limitações integrassem-se a ação do brincar/jogar contribuindo assim para a interação e inserção do alunado especial no seio educacional, mostrando assim a sua contribuição para a inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado, Brasília, DF, 1988.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº8069/90 de 13/04/90 atualizada até 12/11/2003.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394/ 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais de educação física*. Brasília, 1997. Disponível em: if.usp.br/profis/pcnef/pcn1a4/pcn_1a4_educacao_fisica.pdf. Acesso em 06/10/2010.

_____. *O acesso de alunos com deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*./ Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs.) /2ed. rev. e atualiz. –Brasília: Portaria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004, p.7-36.

_____. *Presidência da República*. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 7.853/89. Decreto nº3. 298/99. (Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index...> Acesso em: 28/08/10.

CARNEIRO, Moacir Alves. *LDB Fácil – leitura crítico-compreensiva artigo a artigo*. São Paulo: Vozes, 1998.

CHATEAU, Jean. *O jogo e a criança*. Tradução de Guido de Almeida. São Paulo: Summus, 1987.

CORRÊA, Maria Angela Monteiro. *Educação Especial*. V.1 Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2005.

GIL, J. P. A.; SCHEEREN, C.; LEMOS, H.D.D.; et al. *O significado do jogo no processo inclusivo: conhecendo novas metodologias no cotidiano escolar*. Disponível em: http://www.coralx.usfm.br/revce/artigos_cad.htm. Acesso em 19/02/2009

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. Tradução de Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 1971.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. *Educação especial no Brasil: História e políticas públicas*. 3ª ed.- São Paulo: Cortez, 2001.

MEC.Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília, MEC/SEESP.1993. In: MAZZOTTA, M.J.S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 3ª ed.- São Paulo: Cortez,2001.

MIRANDA, José Rafael. *Habilitação em educação Especial e Formação de Professores: Questões sobre a política de inclusão*. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Brasília, 2003.

NHARY, Tania Marta da Costa. *O que está em jogo no jogo*. Cultura, imagens e simbolismos na formação de professores. Dissertação de Mestrado em Educação. UFF. Niterói: RJ, 2006.

RIBAS, João Baptista Cintra, (1954) – *Viva a diferença: convivendo com nossas restrições ou deficiências*. 3ªed. - São Paulo: Moderna, 1995.

SANTOS, M. G. S. Apud SANTOS, Maria da Glória Shaper dos. 1997. *Educação especial*. V2, 2 ed. Rio de Janeiro. Fundação: CECIERJ, 2005.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília, CORDE, 1994.